



Câmara Municipal de Aljustrel

Proc.º 7/2025

**Consulta Prévia – Fornecimento Contínuo de Energia Térmica com Biomassa para a Piscina
Coberta de Aljustrel**

Caderno de Encargos

Despacho: Aprovo o presente Caderno de Encargos, no uso de competências próprias, para o procedimento de contratação pública, por **Consulta Prévia - Fornecimento Contínuo de Energia Térmica com Biomassa para a Piscina Coberta de Aljustrel.**

Aljustrel, 17 de fevereiro de 2025

O Presidente,

- Carlos Miguel Castanho Espada Teles -

Fevereiro 2025

**CONSULTA PRÉVIA – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA TÉRMICA COM
BIOMASSA PARA A PISCINA MUNICIPAL COBERTA DE ALJUSTREL**

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLAÚSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o Fornecimento Contínuo de Energia Térmica com Biomassa para a Piscina Municipal Coberta de Aljustrel.

2 – As Cláusulas Técnicas do objeto do contrato constam da Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art. 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art. 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo do contrato

O adjudicatário obriga-se a efetuar o fornecimento pretendido durante um prazo de 6 meses ou até ser atingido o valor máximo de energia contratada a contar da data da assinatura do contrato, com todos os elementos referidos nas cláusulas técnicas, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do fornecedor

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

a) Fornecimento da energia térmica necessária ao funcionamento da Piscina Municipal Coberta de Aljustrel, durante o período contratual;

- b) Gestão e manutenção dos recursos técnicos instalados na Piscina Municipal Coberta para a produção da energia térmica;
- c) Obrigação de prestação dos esclarecimentos solicitados pela Câmara Municipal de Aljustrel referentes ao objeto do contrato.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1 – O fornecedor obriga-se a entregar à Câmara Municipal de Aljustrel os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas específicas.
- 2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 - O fornecedor é responsável perante a Câmara Municipal de Aljustrel por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 – O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Aljustrel, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou

a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Câmara Municipal

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1 - Pela aquisição e montagem dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Aljustrel deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, a qual não pode exceder os 24.000,00 euros + IVA.

2 – Não há lugar à revisão de preços.

Cláusula 9.ª

Faturação e condições de pagamento

1 – Os valores dos consumos em KWh a faturar pelo fornecedor serão mensais e resultarão das quantidades efetivamente consumidas, segundo as leituras medidas no contador de entalpia, no último dia do mês a que corresponda, descontando a leitura do mês anterior ao período de faturação, multiplicado pelo preço do KWh adjudicado.

2 – A fatura indicará obrigatoriamente, entre outras informações, o período de faturação, o consumo (KWh) medido, o consumo (KWh) acumulado e o valor unitário em euros.

3 – As quantias devidas pela Câmara Municipal de Aljustrel, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

4 – Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Aljustrel, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Aljustrel pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até 20% do preço contratual.

2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Câmara Municipal de Aljustrel pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 40% do preço contratual.

3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Aljustrel tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 – A Câmara Municipal de Aljustrel pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 - Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato por prazo superior a cinco dias poderá a Câmara Municipal de Aljustrel rescindir o contrato, notificando o fornecedor, ficando este obrigado a manter o fornecimento até a entidade adjudicante assegurar o normal funcionamento das instalações.

Cláusula 11.ª

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo III
Resolução do contrato

Cláusula 12.ª

Resolução do contrato

1 - Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo fornecedor especialmente previstas no contrato, a Câmara Municipal de Aljustrel pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao fornecedor;
- b) Incumprimento, por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da Câmara municipal de Aljustrel;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou contrato, desde que a exigência pelo fornecedor da manutenção das obrigações assumidas pela Câmara Municipal de Aljustrel contrarie o princípio da boa-fé;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder 20% do preço contratual;
- f) Incumprimento pelo fornecedor de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) O fornecedor se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que seja determinado pela Câmara Municipal de Aljustrel.

3 – Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do fornecedor, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo da Câmara Municipal de Aljustrel poder executar as garantias prestadas pelo fornecedor.

4 – O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no art.º 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.ª

Caução

1 – Não é exigível a prestação de caução nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 88º do CCP.

2 – No entanto, para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a Câmara Municipal de Aljustrel pode proceder à retenção de 10% dos valores dos pagamentos a efetuar nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 14.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1 – São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças e marcas registadas.

2 – Caso a Câmara Municipal de Aljustrel venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o fornecedor indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições Finais

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Aljustrel, 17 de fevereiro de 2025

O Presidente,



- Carlos Miguel Castanho Espada Teles –

PARTE II
CLAÚSULAS TÉCNICAS

Cláusula 20.ª

Enquadramento e objetivos gerais

As atividades a realizar no âmbito deste fornecimento são as seguintes:

- a) Fornecimento máximo estimado de 257 MWh de energia térmica para o período contratual pretendido, para a Piscina Coberta da Câmara Municipal de Aljustrel;
- b) Fornecimento contínuo de Pellets necessário ao funcionamento regular da caldeira de biomassa;
- c) Gestão e controlo dos equipamentos envolvidos desde a caldeira de biomassa e respetivo silo de armazenamento de pellets adjacente até ao contador de entalpias existente.

Cláusula 21.ª

Continuidade do fornecimento

1 – O fornecimento de energia térmica será permanente e contínuo, não podendo ser interrompido a não ser por motivos de avaria dos equipamentos ou devido a grandes revisões periódicas devidamente aprovadas e previamente acordadas entre o fornecedor e a Câmara Municipal de Aljustrel.

2 – O fornecedor deverá assegurar a operacionalidade do sistema de produção de energia térmica num prazo de 24 horas após avaria do mesmo, salvo razões de força maior ou de normas obrigatórias devidamente justificadas e aceites pela Câmara Municipal de Aljustrel, devendo ainda corrigir prontamente todos os erros e anomalias identificados durante as ações de verificação dos trabalhos.

3 – Sempre que houver interrupção de fornecimento não programada, o fornecedor emitirá no prazo de dois dias após a interrupção um relatório com informação sobre os motivos da mesma.

Cláusula 22.ª

Leituras

1 – As leituras a realizar no contador de entalpias que darão origem à faturação mensal serão efetuadas, sempre que possível, na presença de um elemento da Câmara

Municipal de Aljustrel e do fornecedor em data a fixar previamente por ambas as partes.

2 – Quando não for possível efetuar medições reais dos consumos efetivamente verificados, a faturação poderá ser estimada tendo por base o número de horas de funcionamento da caldeira, o seu consumo em kg/h definido em catálogo e o poder calorífico do combustível utilizado, sendo obrigatoriamente efetuados os acervos necessários no mês seguinte.

Aljustrel, 17 de fevereiro de 2025

O Presidente,



- Carlos Miguel Castanho Espada Teles -